

# Epistemologia - Parte I

## 1.º Ciclo (2011-12)

André Barata

UBI/IFP

I  
O QUE É A EPISTEMOLOGIA?

# O que é a epistemologia?

- Representação clássica da disciplina:
  - A Epistemologia determina, não a **origem psicológica**, mas a **origem lógica** do conhecimento científico.
  - É uma disciplina formal atenta ao **contexto de justificação** e não ao **contexto de descoberta**.
  - O estudo deste último (contexto de descoberta) é praticado por outras disciplinas, tais como a *Psicologia do conhecimento*, a *Sociologia do conhecimento* e a *História das ciências*.
  - Estas disciplinas junto com a Epistemologia constituem a **Meta-ciência**.

# A meta-ciência

A meta-ciência distingue-se da ciência por ser um discurso *sobre* a ciência e, dentro dela, a Epistemologia consiste no discurso *formal* sobre a ciência.

# Questões habituais no trabalho dos epistemólogos

- É possível confirmar uma teoria científica?
- Há em ciência experiências cruciais?
- Há uma metodologia comum a todas as ciências?
- Há um critério de demarcação do conhecimento científico relativamente a outras formas de conhecimento que não se consideram científicas?
- O que é uma lei científica?
- O que é uma verdade científica?
- Há ciências moles e ciências duras?
- Etc.

# Subdivisão da Epistemologia

A Epistemologia subdivide-se por circunscrição do seu objecto de estudo:

- A **Epistemologia Geral** tem por objecto a ciência em geral; as **Epistemologias Particulares** têm por objecto de estudo áreas científicas em particular ( por exemplo, a epistemologia da medicina, da sociologia, da física, da matemática, etc.)

# Ciências Naturais/Ciências Sociais e humanas

Classicamente, a primeira e mais importante divisão é entre **ciências naturais** e **ciências humanas** (ou **sociais e humanas**).

- Há precursores desta divisão que remontam à Época Clássica, passando pela divisão medieval entre **Trivium** e **Quadrivium**, duas áreas de estudo sucessivas, a primeira ligada às Humanidades e a segunda mais ligada às ciências mais "exactas".

# A distinção de Dilthey

Mas a divisão, tal como a reconhecemos hoje, é sobretudo introduzida pelo filósofo alemão Dilthey, ao distinguir entre

- *Naturewissenschaften* (ciências da natureza)
- *Geisteswissenschaften* (ciências do espírito)

Para Dilthey estava em causa denunciar o erro de se tomar ciências explicativas como modelo para as ciências que têm o humano por objecto.



# Ramificação/atravessamento

Dentro da subdivisão da ciência geral em ciências particulares, sucede que nem todas cabem num só ramo. Por exemplo, as **neurociências** ou as **ciências da educação**. Por outro lado, mesmo contidas num ramo, há ciências que, ainda assim, remetem para ramos distantes - por exemplo, a **psiquiatria**.

Assim, há que distinguir na forma arborizada com que se particularizam as ciências a partir de um tronco inicial as relações de **atravessamento** das de simples **ramificação**.

# O problema da interdisciplinaridade

- Quando se fala no plural de neurociências em vez de neurociência ou de ciências da educação em vez de ciência da educação, quando se fala de **interdisciplinaridade** nas ciências e mesmo de ciências **transdisciplinares**, quando se cruzam domínios distintos numa mesma disciplina (ex. biofísica, psicossociologia, etc.), é para relações horizontais de atravessamento que se aponta na "árvore" da epistemologia.
- Tais relações constituem elas mesmas um importante problema da epistemologia.

# Epistemologias internas/externa

Outra forma de subdividir a Epistemologia tem que ver com quem a pratica:

- **Epistemologia externa** é aquela que é praticada externamente à prática da ciência.
- **Epistemologias internas** são aquelas que são praticadas internamente à própria prática científica.

O cruzamento dos dois critérios de subdivisão da Epistemologia permite concluir o seguinte princípio geral : **As epistemologias tendem a ser tanto mais internas quanto mais regionais forem.**

# Epistemologia interna

Trata-se porém apenas de uma tendência. Como contra tendência tem-se, por exemplo, que ciências de grande pendor interdisciplinar podem ser alvo de uma epistemologia menos interna do que outras ciências menos regionais.

Exemplo de um problema frequente em Epistemologia interna é a discussão de **metodologias específicas** a uma ciência ou a discussão dos **instrumentos** empregáveis na obtenção de prova.

# Epistemologia externa

A Epistemologia externa e geral é de natureza filosófica, justamente pela generalidade do seu objecto, ainda que isso não signifique que cientistas não a pratiquem. Por exemplo, Thomas Kuhn, um dos maiores epistemólogos contemporâneos é um cientista com preocupações filosóficas.

# Relação entre epistemologias geral e particular

Outro princípio geral importante:

- As epistemologias particulares supõem, como seu conteúdo implícito, as epistemologias mais gerais.
  - Por exemplo, uma epistemologia da microfísica supõe, apesar da especificidade dos seus problemas, uma epistemologia da física em geral, a qual, por seu turno, supõe uma epistemologia das ciências da natureza e, finalmente, a epistemologia geral.

# Epistemologia/Gnosiologia

- Sobretudo a partir do Séc. XX várias tendências modificaram substancialmente o conceito tradicional de Epistemologia.
- Em contraste com a tradição continental, os epistemólogos anglo-americanos entenderam a Epistemologia como **teoria do conhecimento** em geral e não apenas do conhecimento científico.
- Franceses e alemães (bem como portugueses por influência) designaram este estudo não por Epistemologia mas por **Gnosiologia**, mantendo a Epistemologia o sentido mais específico, relativo ao conhecimento científico.

# Pressuposições teóricas

- Isto não teria outra importância senão a de evitar confusões terminológicas na tradução de vocabulário técnico entre Línguas diferentes se não fosse o caso de haver fortes **pressuposições teóricas** na decisão de considerar mais amplamente a Epistemologia, como teoria do conhecimento pois, não a distinguindo de uma Gnosiologia.



# A influência do neopositivismo

- Sob a influência do neopositivismo, a filosofia inglesa do início do Séc. XX defendia que **não havia outro conhecimento senão o científico**. Por outras palavras, ou o conhecimento era científico ou então não era conhecimento, mas apenas opinião.
- Não havendo outro conhecimento além do científico, deixava de se justificar, é claro, uma Gnosiologia que não fosse, desde logo, uma Epistemologia.

## O antecedente platónico

Ainda a favor da mesma posição milita Platão, aquele que é considerado o fundador - *avant la lettre* - da Epistemologia. Com efeito, este filósofo grego contrapunha à *episteme* a *doxa*, ou seja, o conhecimento científico e a opinião, respectivamente.

As opiniões podem ser mais ou menos interessantes, mas, por princípio, se se trata de opiniões é porque não são conhecimento.

## Aspecto contra-intuitivo

Esta convergência entre conhecimento e conhecimento científico resulta, contudo, bastante contra-intuitiva - Por exemplo, eu sei que agora não está a chover e sei acerca disto que não é um conhecimento científico, nem tão pouco uma mera opinião.

# A solução popperiana

Uma outra via, bem mais modesta é a defendida por Karl Popper. No essencial, a ideia deste epistemólogo é que a ciência não procede de forma essencialmente diferente de qualquer outra actividade de conhecimento, pelo que a distinção entre Epistemologia e Gnosiologia acaba por se mostrar realmente artificiosa, até mesmo perniciosa.

- Por exemplo, Popper elucida o que chama **conhecimento conjectural** (no que se inclui o conhecimento "científico") através do modo como uma criança aprende e adquire conhecimento acerca do mundo em seu redor.

## Opções neste curso

Note-se que a ideia deixou de ser a de eliminar tudo o que não fosse conhecimento científico, mas, bem ao contrário, a de **considerar a ciência como uma forma de conhecimento como qualquer outra, simplesmente dispondo de certa qualificação. Há, pois, continuidade entre conhecimento e ciência.**

Nós assumiremos esta perspectiva pelo que tomaremos como tópicos epistemológicos problemas da teoria geral do conhecimento. Por exemplo, a diferença entre crença e conhecimento ou a diferença entre sensação e percepção.

# Epistemologia redefinida

«Defined narrowly, epistemology is the study of knowledge and justified belief. As the study of knowledge, epistemology is concerned with the following questions: What are the necessary and sufficient conditions of knowledge? What are its sources? What is its structure, and what are its limits? As the study of justified belief, epistemology aims to answer questions such as: How we are to understand the concept of justification? What makes justified beliefs justified? Is justification internal or external to one's own mind? Understood more broadly, epistemology is about issues having to do with the creation and dissemination of knowledge in particular areas of inquiry.»

(Steup, ????)

# Desformalização da Epistemologia clássica

Outra tendência, mais recente, na Epistemologia clássica dedicada ao estudo das ciências tem consistido na sua **desformalização** ou, ao menos, na integração de **metodologias não formais** na sua pesquisa.

Para isso contribuiu decisivamente a reconfiguração das práticas científicas no Séc. XX, cada vez mais complexas, envolvendo aspectos económicos, sociais e políticos cada vez mais influentes.

# O cientista situado

O cientista isolado do mundo, numa torre de marfim, deu lugar ao cientista situado/enquadrado numa **comunidade científica**, estruturada em equipas de investigação, com as suas hierarquias, as suas formas de financiamento, etc.

É assim que hoje em dia se tem como importante campo disciplinar de estudos o que se intitula, em Língua Inglesa, *Science Studies*.

Com isto, a Epistemologia formal não desaparece; revela-se antes cada vez mais incompleta/insuficiente.



# A ciência "tal qual se faz"

Explicar a ciência "tal qual se faz", segundo expressão de Fernando Gil (o mais conceituado epistemólogo português), deixou de ser possível apenas tendo por base uma análise lógica.

- Factos verificáveis como o de as condições para que se tenha uma prova científica evoluírem historicamente, ou o de as condições para que se reconheça uma descoberta científica dependerem de aspectos como a organização institucional da comunidade científica ilustram a insuficiência de uma análise lógica, mesmo no que respeita estritamente ao contexto de justificação.

**II**

**O QUE É O CONHECIMENTO?**

# I: O que é o conhecimento?

Começarei por apresentar a questão que não poderia deixar de ser crucial para a Epistemologia: saber em que consiste o seu objecto, ou seja, saber o que é isso a que chamamos "conhecimento". A resposta que exporei é a de que o conhecimento é crença qualificada, mais exactamente *crença verdadeira e justificada*.

Esta resposta suscita, porém, outras questões: saber o que se quer dizer com a expressão "verdadeira"; saber quando podemos dar por bem justificada uma crença; saber, finalmente, se estas condições são, reunidas, suficientes para que se tenha conhecimento.

# Citação de Popper:

«O conhecimento é *crença qualificada*...E é este tipo de qualificação que falta no vasto e importante campo do *conhecimento conjectural*.»

Popper, *Conhecimento Objectivo*, 80

# O conhecimento como crença verdadeira justificada

O conhecimento é uma espécie particular de **crença**, pois não se pode não crer no que se conhece; mas nem todas as crenças são conhecimento, menos ainda conhecimento científico.

Podemos sustentar crenças falsas, as quais, em virtude da sua falsidade, não são realmente conhecimento, pois o conhecimento é, por definição, **conhecimento de verdades**.

Mas já por outro lado, mesmo entre as crenças verdadeiras nem todas valem como conhecimento. Julgar saber sem saber porquê não é realmente saber - donde, não basta a uma crença ser verdadeira para que constitua conhecimento; necessário é que seja também uma **crença justificada**, uma crença provida de razões.

# Cuidados com a linguagem

Se uma crença é provida de razões, essas serão, necessariamente, boas razões. Ou temos razões ou não temos razões; **más razões não são razões.**

Analogamente, ou temos conhecimento de verdades ou não temos, de todo, conhecimento; **não conhecemos falsidades, apenas podemos julgar que as conhecemos e precisamente por as podermos julgar verdadeiras.** Chama-se **factividade** a esta propriedade do conhecimento.

Nisto, surpreende-se uma ilusão corrente, ainda que facilmente corrigível, para a qual uma certa tendência eufemística da nossa linguagem natural nos faz protender.

# Duas dificuldades:

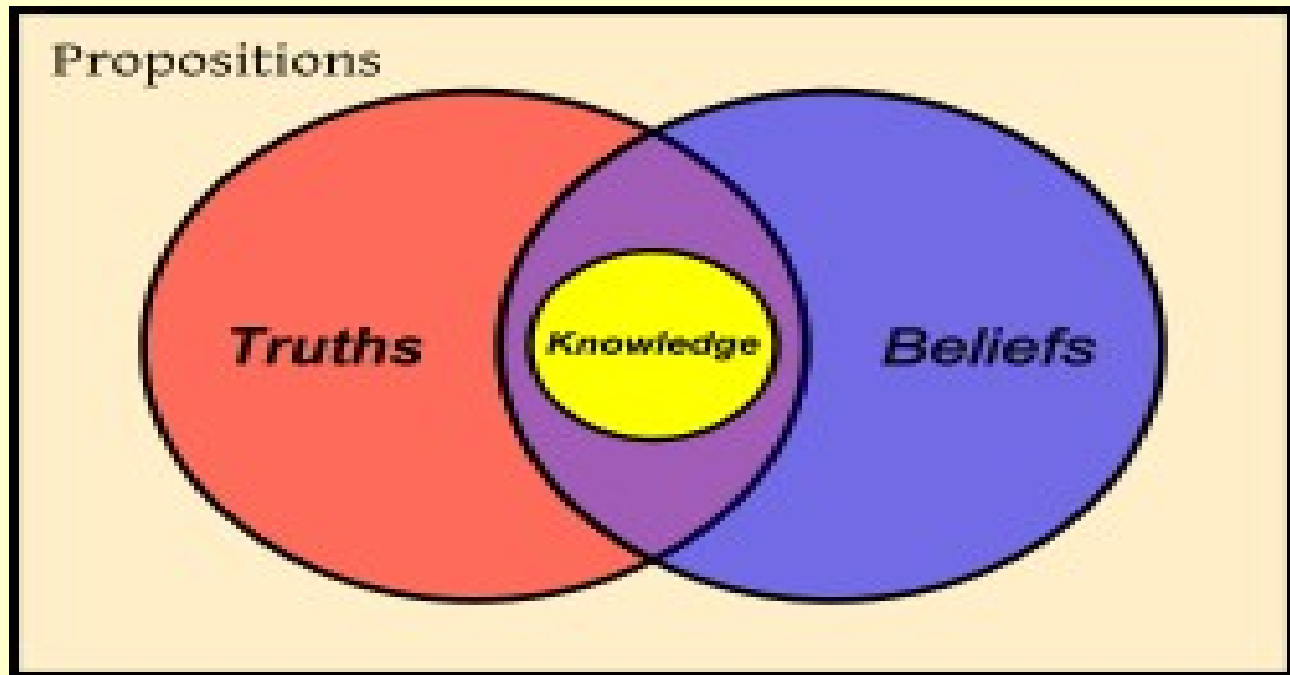
A clareza desta resposta à pergunta o que é conhecimento - que se encontra por exemplo em Chisholm, Ayer, mas também, logo nos alvares da tradição filosófica, remontando ao *Teeteto* de Platão[1] - não evita **dois tipos de dificuldades**:

-Por um lado, saber se estas três condições são, no seu conjunto, realmente suficientes para que tenhamos conhecimento.

-Por outro lado, saber sob que condições podemos dizer que temos, respectivamente, uma crença, uma crença verdadeira e uma crença justificada.

[1] Cf. *Teeteto*, 201.

# Conhecimento, segundo o *Teeteto*





# A dificuldade da suficiência das três condições

Relativamente à primeira dificuldade, é célebre um brevíssimo artigo de Edmund Gettier - *Is Justified True Belief Knowledge?* (1963) - onde são expostas circunstâncias que contra-exemplificariam a suficiência das três condições que enunciei acima quando tomadas em conjunto. (Cf. <http://www.ditext.com/gettier/gettier.html>):

- Pode haver crenças que, apesar de verdadeiras e justificadas, não constituam genuinamente conhecimentos. Isto porque as razões pelas quais uma crença é verdadeira podem não ser as razões contidas na justificação.
- A questão que se coloca é a de saber se falta uma quarta condição, e se sim qual, ou se, em vez disso, o que está em causa é uma melhor caracterização de quais sejam as condições a satisfazer para que uma crença se diga realmente justificada.

# O artigo de Gettier

Começemos por ver o que Gettier nos diz. Gettier apresenta dois possíveis **contra-exemplos** (isto é, exemplos que refutam a generalidade dada numa definição) à definição de conhecimento como crença verdadeira justificada. Se tais exemplos forem realmente contra-exemplos deverão consistir em crenças que são verdadeiras e, além disso, justificadas mas que nem por isso são conhecimento. Vejamos os exemplos.

# Primeiro exemplo

Suponha que Smith e Jones se candidataram para um certo emprego. E suponha que Smith tem forte evidência a favor da seguinte proposição conjuntiva:

**(d) Jones é o homem que conseguirá o emprego e Jones tem dez moedas no seu bolso.**

A evidência de Smith para (d) pode ser a de que o presidente da companhia lhe assegurou que Jones seria no final seleccionado e que ele, Smith, contou as moedas no bolso de Jones dez minutos antes. A proposição (d) implica:

**(e) O homem que conseguirá o emprego tem dez moedas no bolso.**

Suponhamos agora que Smith percebe a implicação de (d) para (e), e aceita (e) com base em (d), para o que ele tem forte evidência. Nesse caso, Smith está fortemente justificado em crer que (e) é verdadeira. Mas imagine além disso que, sem que Smith saiba, ele próprio e não Jones conseguirá o cargo. E imagine também que, sem que Smith saiba, ele próprio tem dez moedas em seu bolso. A proposição (e) é então verdadeira, embora a proposição (d), da qual Smith infere (e), seja falsa. No nosso exemplo, então, tudo o que se segue é verdadeiro: (i) (e) é verdadeira, (ii) Smith crê que (e) é verdadeira, (iii) Smith está justificado em crer que (e) é verdadeira.

## Continuação do exemplo 1 de Gettier

Mas é igualmente claro que Smith *não sabe* que (e) é verdadeira; pois (e) é verdadeira em virtude do número de moedas no bolso de Smith, ao passo que Smith não sabe quantas moedas estão em seu bolso e baseia a sua crença em (e) na contagem das moedas no bolso de Jones, que ele crê falsamente ser quem será escolhido para o emprego.

## Segundo exemplo de Gettier

Suponhamos que Smith tem forte evidência para a seguinte proposição:

**(f) Jones possui um Ford.**

A evidência de Smith pode ser a de, tanto quanto ele se lembra, Jones sempre possuiu um carro, que sempre foi um Ford, e que Jones acabou de oferecer a Smith um passeio ao volante de um Ford. Imagine agora que Smith tem outro amigo, Brown, cujo paradeiro ele ignora completamente. Smith selecciona três nomes de lugares completamente ao acaso e constrói as três seguintes proposições:

**(g) Ou Jones possui um Ford, ou Brown está em Boston;**

**(h) Ou Jones possui um Ford, ou Brown está em Barcelona;**

**(i) Ou Jones possui um Ford, ou Brown está em Brest-Litovsk.**

Cada uma dessas proposições é implicada por (f).

## Continuação do exemplo 2 de Gettier

- Imagine que Smith compreenda a implicação de cada uma dessas proposições que ele construiu a partir de (f), e prossiga em aceitar (g), (h) e (i) com base em (f). Smith corretamente inferiu (g), (h) e (i) da proposição para a qual ele tem evidências fortes. Smith está, portanto, completamente justificado em crer em cada uma dessas três proposições. Smith, é claro, não tem a menor ideia de onde Brown se encontra. Mas imagine agora que as duas seguintes condições são válidas. Primeiro, Jones não possui um Ford, mas está presentemente ao volante de um carro alugado. E depois, pela mais pura coincidência, e de modo inteiramente desconhecido por Smith, o lugar mencionado na proposição (h) é realmente o lugar no qual Brown se encontra. Se essas duas condições são incluídas, então Smith não sabe que (h) é verdadeira, apesar de (i) (h) ser verdadeira, (ii) Smith crer que (h) é verdadeira, e (iii) Smith estar justificado em crer que (h) é verdadeira.»

# O exemplo de Russell

Um exemplo seguramente mais intuitivo é dado por Bertrand Russell - Elliott Sober descreve-o assim:

«O filósofo e matemático britânico Bertrand Russell (1872-1970) refere um relógio muito fiável que está numa praça. Esta manhã olhas para ele para saber que horas são. Como resultado ficas a saber que são 9.55. Tens justificações para acreditar nisso, baseado na suposição correcta de que o relógio tem sido muito fiável no passado. Mas supõe que o relógio parou há exactamente 24 horas, apesar de tu não o saberes. Tens a crença verdadeira justificada de que são 9.55, mas não sabes que esta é a hora correcta.»

( retirado de Sober)

# Conclusão geral dos exemplos

- Todos estes exemplos visam mostrar que certas crenças, apesar de verdadeiras e bastante bem justificadas, não equivalem realmente a conhecimentos.
- Contudo, como Elliott Sober aponta, estes exemplos só são contra-exemplos da definição de conhecimento como crença verdadeira justificada admitindo-se como justificações legítimas **justificações falíveis**. Com efeito, caso se legitimem apenas justificações infalíveis, então nenhuma das crenças verdadeiras exemplificadas estaria realmente justificada.



# Justificações infalíveis ou creíveis?

Deve a justificação de uma crença ser **infalível** ou apenas bastante **creível**?

- Decidir entre estas duas alternativas obriga a enfrentar parte da segunda dificuldade - **sob que condições uma crença se diz justificada?**
- Justificações infalíveis dispensariam uma quarta condição; porém, se fossem apenas admitidas como boas justificações justificáveis infalíveis estar-se-ia a dispensar boa parte do que tomamos por bons e sólidos conhecimentos. Por exemplo, dificilmente se encontrará epistemólogo ou teórico das/nas ciências que assuma como infalível a justificação racional da teoria da relatividade generalizada e, no entanto, estamos longe de, por essa razão, assumirmos que a teoria de Einstein seja apenas uma crença, epistemicamente ao mesmo nível que as nossas crenças a respeito da astrologia, do bom governo de uma equipa de futebol, etc.

# Depende da disciplina

A resposta só pode ser a de que **há justificações falíveis que ainda assim são legítimas**. Isto pela seguinte razão: há fortes razões para crermos como verdadeira a ideia de que certos campos de estudo não dispõem, por princípio, de outras justificações se não justificações falíveis, pelo que, nesses campos, é legítimo empregar justificações que, apesar de falíveis, e não havendo outras melhores, detenham **eficácia explicativa**.

O mesmo não se poderá dizer, pelo menos de forma imperativa, de domínios onde seja possível formular justificações infalíveis. Neste caso, pode suceder que apenas se admitam como justificações as que sejam infalíveis.

## Por exemplo

Exemplificando, não parece razoável destituir uma justificação em **Física** pelo simples facto de ser falível - provavelmente nenhuma justificação em Física é infalível; por isso, fala-se mais em teorias científicas do que em verdades científicas quando nos reportamos a um domínio como a Física. Mas se pensarmos, já não num domínio de estudo empírico, mas num campo como o da **Matemática**, aí, muito provavelmente, só se admitirão justificações se forem infalíveis.

# Face à falibilidade das justificações, cairia a def. clássica de conhecimento

*Assumindo-se um entendimento lato de justificação*, de tal forma que admita justificações falíveis, então, a sermos consequentes, a definição clássica de conhecimento deveria cair - ter-se-iam crenças verdadeiras e justificadas que, na verdade, não constituiriam conhecimento. Dito de outro modo, deveríamos assumir que os exemplos de Gettier são genuínos contra-exemplos à definição de conhecimento como crença verdadeira justificada.

# Haverá alternativa a dar razão a Gettier?

Mas, será forçoso que se assuma o entendimento lato da justificação, de tal modo que compreenda também as justificações infalíveis?

Na verdade, preservando um sentido estrito de justificação, de acordo com o qual **somente justificações infalíveis valem como justificações**, a definição clássica de conhecimento permanece inteiramente adequada. Por que não manter este entendimento estrito de justificação?

# O ponto sensível

O ponto sensível que conduz a optar pelo entendimento falibilista das justificações (com as consequentes vantagens para o argumento de Gettier e desvantagem para a def. clássica de conhecimento) está no fato de quase todos os domínios científicos existentes (excluindo as ciências formais) não poderem ambicionar, por princípio, a infalibilidade das suas justificações. Aparentemente, o arg. de Gettier evidenciaria que o carácter de conhecimento de grande parte do nosso "conhecimento" científico seria incompatível com a def. cláss. de conhecimento.

Mas será realmente assim?

## O nosso argumento

Da mesma maneira que os conhecimentos podem ser admitidos a título **provisório**, significando isto que o seu carácter de "conhecimento" permanece revogável, as justificações que estão na sua base podem igualmente ser admitidas a título **provisório** na medida em que permanecerem justificações falíveis.

Aliás, uma razão, se não mesmo a razão principal, para que o conhecimento seja tido como provisório reside exatamente na falibilidade das justificações que lhe subjazem.

# Factividade como uma propriedade das justificações

Assim, tal como os conhecimentos são factivos - ou são conhecimentos verdadeiros ou não são conhecimentos -, consideraremos igualmente que as justificações ostentam a propriedade da factividade, no sentido em que **ou são infalíveis ou não são realmente justificações**.

Revelando-se falso um conhecimento, afirmamos que pensávamos conhecer, mas não conhecíamos realmente: revelando-se falha uma justificação, afirmamos que pensávamos estar justificados, ainda que não o estivéssemos realmente.



# Carácter provisório da justificação falível

- A falibilidade de justificações, ainda que legítimas, permite afirmar a falibilidade de conhecimentos.
- Do mesmo modo que uma justificação que falhou deixa de valer, **agora e retrospectivamente**, como justificação, também um conhecimento cuja justificação falhou deixa de valer, **agora e retrospectivamente**, como conhecimento.
  - Por outras palavras, justificações falíveis são **justificações a título provisório**, mesmo que a provisão seja indeterminada, e conhecimentos falíveis são conhecimentos apenas sob o mesmo título.

# Conhecimento provisório/conjetural

- Quer isto dizer que apenas as justificações infalíveis são justificações a título definitivo e que só aquelas servem a conhecimentos com o mesmo título.
- Com isto, reabilita-se a definição clássica de conhecimento, mesmo para os domínios em que são legítimas justificações falíveis.
- Quer tudo isto ainda dizer que da mesma maneira que a verdade está para as hipóteses e teorias científicas como um ideal, inalcançável no caso de estas não poderem, por princípio, ser confirmadas, também a infalibilidade das justificações se apresenta como um ideal, inalcançável em certos domínios científicos.

**II- B**

**O QUE É CONHECIMENTO?**

**(A questão nas ciências sociais)**

# Do "conhecimento" conjectural à conjectura social do conhecimento

O preço a pagar pela ideia popperiana de conhecimento conjectural é que, de acordo com a definição de conhecimento, tal "conhecimento" não se trata realmente de conhecimento, mas apenas de um candidato incerto a conhecimento. Com efeito, permanece por saber se a crença afirmada é verdadeira e justificada.

Ora, neste quadro em que nenhuma crença satisfaz as condições necessárias para valerem como conhecimento, pareceria razoável adoptar a palavra 'conhecimento' para designar, de forma mais lata, **todas as crenças de algum modo consensualizadas comunitariamente.**

Este é o sentido adoptado por muitos sociólogos do conhecimento contemporâneos.

# Conhecimento, definido pela sociologia do conhecimento

«La "connaissance" comprend tout ce qui compte comme connaissance, des croyances populaires, techniques et remèdes pour vivre, aux idées religieuses et aux opinions collectives (...). Définissons les connaissances comme tout et quelconque ensemble d'idées et d'actes acceptés par tel ou tel groupe ou société de personnes - idées et actes relevant de ce qu'ils acceptent comme réel pour eux et pour les autres.»

(McCarthy, *Knowledge as culture*, 1966: 23-24 apud Dutant, 2010: 31)

# Fará sentido distinguir entre conhecimento e ter por conhecimento?

Todavia, como Julien Dutent nota bem, a perspectiva da sociologia do conhecimento não se resume muitas vezes a empregar a palavra 'conhecimento' para designar todas as crenças de um grupo ou sociedade. Além disso, frequentes vezes associado a este uso é assumida a tese de que não há outro uso da palavra 'conhecimento', mesmo que é abusivo assumir que se possa distinguir entre conhecimento e aquilo que é tido por conhecimento:

«Certains diront (...) que la conception de la sociologie de la connaissance porte une leçon la philosophie de la connaissance. (...) Il sera utile de mentionner **trois arguments** qui pourraient être avancés pour soutenir que **la distinction entre connaissance et ce qui est tenu pour connaissance** n'a pas de sens, ou qu'elle ne peut être tracée.» (Dutent, 2010: 33)

# 1.º argumento dos sociólogos do conhecimento

1. «on ne peut pas concevoir la réalité sans la concevoir "de notre point de vue", c'est-à-dire en tenant pour acquis ce que nous pensons connaître. Cela nos empêcherait en particulier de concevoir nos propres croyances comme autre choses que des connaissances.»(Dutent, 33)

Réplica:

- «Je peux donc distinguer la notion de *ce que je connais réellement* de la notion de *ce que je pense connaître.*»(Dutent, 34)

## 2.º argumento dos sociólogos do conhecimento

2. «D'autre part, on pourrait soutenir que même si la distinction peut être conçue, **il est impossible de la tracer en fait**, c'est-à-dire de **distinguer, dans ce que est tenu pour connaissance, entre connaissance réelle et simple croyance**. Cette idée peut être avancée sous deux formes:

- soit on dit que les **sociologues** ne sont pas (en tant que sociologues) en position de dire ce que est réellement une connaissance et ce qui ne l'est pas,
- soit on dit que **personne** n'est en position de le dire.» (Dutent, 34)



# Réplica à limitação aos sociólogos

## Réplica:

- «la sociologie doit expliquer la diffusion des idées (qui est un phénomène social) par des mécanismes sociaux, abstraction faite de la vérité ou fausseté des idées en question. Mais cela revient à présupposer que la vérité d'une vérité n'a aucun effet sur sa diffusion, ce qui est peu plausible. (...) La vérité ou la fausseté d'une idée ne semble donc pas neutre dans l'explication de sa diffusion»(Dutent, 34)

# Réplica à limitação geral

## Réplica:

- A limitação geral diz que «tout ce que chacun peut savoir, c'est qui'il croit savoir telle ou telle chose». Não é, contudo, nada óbvio que não haja conhecimentos certos, ou seja, conhecimentos relativamente aos quais possamos dizer não apenas '**Creemos saber**', mas ainda '**Sabemos que sabemos**'.

# Distinções relevantes...

Temos a experiência clara da diferença entre estas duas noções em diversos contextos:

- \_ quando distinguimos o **conhecimento de fatos particulares** - 'Hoje não choveu', por exemplo; ou ainda 'Este ano, foram menos os dias de chuva do que os de sol em Portugal' - e a **crença numa regularidade** - 'Menos de metade dos dias em Portugal são chuvosos', por exemplo.
- \_ quando distinguimos o **conhecimento de verdades matemáticas**, assentes em justificações infalíveis - ' $2+2=4$ ', por exemplo; - e o **"conhecimento" conjectural de regularidades** como, por exemplo, que ' $E=mc^2$ '.

**III**

**O QUE É A VERDADE?**

**(Teorias da Justificação da verdade)**

# A verdade como correspondência (Simon Blackburn)

Aristóteles disse que **uma afirmação é verdadeira se diz do que é que é, e do que não é que não é** (*Metafísica*, Iv. 1011). Mas uma teoria da correspondência não é apenas a perspectiva segundo a qual a verdade consiste na correspondência com os fatos, mas antes que é teoricamente interessante nos darmos conta disso. A afirmação de Aristóteles é, em si, uma banalidade inofensiva, comum a todas as teorias da verdade. Uma teoria da verdade como correspondência distingue-se por defender que as noções de correspondência e fato podem ser desenvolvidas o bastante para transformar a banalidade numa teoria interessante. Os adversários desta teoria defendem que tal coisa não é possível, sobretudo porque **não temos acesso aos fatos independentemente das afirmações e crenças que mantemos**. Não podemos olhar por cima dos nossos ombros para comparar as nossas crenças com uma realidade apreendida por outros meios que não essas crenças, ou outras, talvez. Não temos por isso um controle sobre as estruturas as quais as nossas crenças possam ou não corresponder.

# A verdade como coerência (Simon Blackburn)

Perspectiva de que a verdade de uma proposição consiste em pertencer a um certo conjunto apropriadamente definido de outras proposições: um conjunto consistente, coerente e possivelmente ainda dotado de outras virtudes, desde que não sejam definidas em termos de verdade. Esta teoria, apesar de surpreendente à primeira vista, tem dois pontos fortes: (1) é verdade que testamos as crenças quanto à sua verdade à luz de outras crenças (entre elas crenças perceptivas); (2) não podemos sair do nosso melhor sistema de crenças, para ver como está ele se saindo em termos de sua correspondência com o mundo. Para muitos pensadores, o ponto fraco das teorias puras da coerência é não conseguirem incluir uma noção adequada acerca da maneira como os sistemas reais de crenças são suportados por pessoas com experiências perceptivas produzidas pelo seu meio ambiente. Para um defensor da coerência pura, a experiência só é relevante como fonte de crenças perceptivas, que tomam o seu lugar como parte do conjunto coerente ou incoerente de crenças. Isso não parece fazer justiça à nossa idéia de que a experiência tem um papel especial no controle dos nossos sistemas de crenças, mas os coerentistas têm contestado.

# A verdade como correspondência ou como coerência?

A questão acerca das **condições sob as quais uma crença se diz justificada** ganha ainda um maior alcance quando pode, segundo alguns autores, coincidir com a questão de saber sob que **condições uma crença é verdadeira** exemplo, de acordo com Richard Rorty «nada conta como justificação, a não ser por referência ao que já aceitámos, e não há maneira de sair das nossas crenças e da nossa linguagem para encontrar outro teste que não a coerência»[1].

Esta é a posição conhecida como **teoria coerentista da verdade**, geralmente apresentada como proposta para ultrapassar dificuldades bem conhecidas da **teoria da verdade como correspondência**.

[1] Rorty, 1979: 178.

# Dois pontos de Donald Davidson

Quanto à questão acerca da verdade, é decisiva a atenção do filósofo Donald Davidson por duas razões:

-Em primeiro lugar, por não permitir a confusão entre **teorias da verdade** e **teorias da justificação da verdade**.

-Em segundo lugar, por resgatar a correspondência a partir da sua **tese de que a coerência engendra correspondência**.



# A verdade é uma noção primitiva

Uma teoria coerentista da justificação da verdade, de acordo com a qual «a maior parte das crenças de um conjunto total coerente de crenças é verdadeira»[1], não é uma teoria que nos diga realmente o que é a verdade.

Isto porque qualquer esforço para alcançar uma teoria da verdade está irremediavelmente condenado ao vício da circularidade - se uma teoria da verdade tem de ser verdadeira, como definir a verdade sem a pressupor?

Isto significa que a verdade é uma **noção primitiva**, e portanto indefinível, e significa sobretudo que a verdade não deve ser confundida com a sua justificação, como se não pudesse haver uma verdade externa às nossas justificações.

[1] Davidson, 1986. "Uma Teoria Coerencial da Verdade e do Conhecimento", 332. In Carrilho, 1991. *Epistemologia: Posições e Críticas*. Lisboa: FCG.

# A coerência engendra correspondência

«O que distingue uma teoria coerencial é simplesmente a reivindicação de que nada pode contar como uma razão para sustentar uma crença, excepto outra crença.»

Neste sentido, não é possível dar um fundamento empírico ao conhecimento. Se a experiência empírica é intermediária entre a realidade e as nossas crenças, é-o apenas enquanto "intermediária causal" e não como "intermediária epistémica". As sensações, os dados dos sentidos, não são crenças, nem as justificam, apenas causam-nas.

«Se a coerência é um teste da verdade, então a coerência é um teste para admitir que as condições objectivas de verdade estão satisfeitas, e já não precisamos de explicar o sentido com base numa possível confrontação. O meu lema é: correspondência sem confrontação.»  
(Davidson, 1986: 330)

# A verdade como descitação (Simon Blackburn)

A formulação mais simples é a afirmação segundo a qual **expressões da forma "S é verdadeira" significam o mesmo que expressões da forma S**. Alguns filósofos não apreciam a idéia de identidade de significado; se ela for recusada, a tese é a de que as duas formas são equivalentes em qualquer dos sentidos relevantes do termo "equivalência". Isto é, **tanto faz dizer que a frase "os cães ladram" é verdadeira, como dizer que os cães ladram**. Na primeira representação do que se diz, a frase "os cães ladram" é **mencionada**, mas na última parece ser **usada**; logo, a afirmação de que as duas são equivalentes tem de ser cuidadosamente formulada e defendida. Aparentemente, uma pessoa pode saber que a frase "os cães ladram" é verdadeira, sem saber o seu significado (por exemplo, se encontrar tal frase numa lista de verdades conhecidas, apesar de não saber português), o que é diferente de saber que os cães ladram. As teorias descitacionistas apresentam-se geralmente como **versões da teoria da verdade como redundância**.

# A verdade como limite ideal (Simon Blackburn)

- Teoria da verdade como **aquilo acerca do qual se concordaria no limite ideal da investigação**. Esta perspectiva foi sugerida por **Peirce** em seu ensaio *How to Make our Ideas Clear* (1868). Seu principal mérito consiste em conjugar a ideia de verdade como objetivo da investigação com a idéia das virtudes (simplicidade, abrangência) que caracterizam qualquer investigação. Contudo, carece de uma teoria adicional que explique o que faz dessas características virtudes, sem pressupor que estas propriedades funcionam como parceiras da verdade. Tem também o problema de não se descortinar uma determinação empírica que permita determinar se o limite ideal foi alcançado nem que permita saber se, na ausência desse critério, a noção de limite faz sentido.

# Teoria pragmática da verdade (Simon Blackburn)

O ponto de vista, especialmente associado a **James** segundo o qual **a verdade de uma afirmação pode ser definida em termos da utilidade que há em aceitá-la**. Apresentado desta forma tão simplificada, este ponto de vista torna-se alvo fácil de objeções, uma vez que há coisas que são falsas mas que pode ser útil aceitar e, de forma inversa, há coisas que são verdadeiras mas que pode ser prejudicial aceitar. No entanto, **existem conexões profundas entre a precisão de um sistema de representação e a probabilidade de sucesso dos projetos e objetivos elaborados pelo seu detentor**. A evolução de um sistema de representação, tanto perceptivo como lingüístico, parece condenada a ligar o sucesso à **adaptação evolutiva**, ou à **utilidade** no seu sentido mais lato. A doutrina de Wittgenstein de que **o significado é o uso** partilha a ênfase pragmática na técnica e na prática como matriz no seio da qual o significado é possível.